



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**  
*Conselho Superior*

---

ATA N.º 6 DA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR- 2014

Ata da Sexta Reunião Ordinária do Egrégio Conselho Superior, realizada no dia vinte e cinco de abril de dois mil e quatorze, com início às nove horas, na sala de reuniões do décimo sexto andar.

1 Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e quatorze, com início às nove horas, na sala  
2 de reuniões do décimo sexto andar da Defensoria Pública do Estado do Paraná, situada na Rua  
3 Cruz Machado, número cinquenta e oito realizou-se a **SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**  
4 **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ**, com a  
5 presença dos Excelentíssimos Membros Natos: Presidente do Conselho, Dra. Josiane Fruet  
6 Bettini Lupion, Subdefensor Público-Geral, Dr. André Ribeiro Giamberardino, Corregedor-  
7 Geral, Dr. Sérgio Roberto Rodrigues Parigot de Souza e Ouvidora-Geral, Maria de Lourdes  
8 “Santa” de Souza. Presentes também, neste momento, os Excelentíssimos Membros Titulares:  
9 Dr. Dezidério Machado Lima, Dr. Erick Le Ferreira, Dr. Antonio Vitor Barbosa de Almeida e  
10 Dr. Alexandre Gonçalves Kassama. Presente também a Presidenta da ADEFPAR - Associação  
11 dos Defensores Públicos Paranaenses, Dra. Thaísa Oliveira dos Santos. **DO EXPEDIENTE –**  
12 **A)** Cumprimentando a todos a Presidente do Conselho abriu a sessão, fez a conferência do  
13 Quórum e instalou a reunião. **B)** Foram assinadas as Atas das Terceira e Quarta Reunião  
14 Ordinária de dois mil e quatorze e Quarta Reunião Extraordinária de dois mil e quatorze. **C)-** O  
15 Dr. André, citando exemplos recentes que levam a necessidade de estudo acerca de possível  
16 convênio da Defensoria Pública com a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/PR, abriu a  
17 discussão sobre a formação de um grupo para estudar a possibilidade. Após amplo debate entre  
18 os conselheiros, contando com a presença do Dr. Nicholas Moura e Silva que apresentou-se a  
19 reunião às nove horas e quarenta e oito minutos, e tendo todos acatado a sugestão de formar o  
20 grupo, decidiu-se que será integrado pelo Subdefensor Público-Geral Dr. André Ribeiro  
21 Giamberardino, o Coordenador de Planejamento e Defensor Público Dr. Saulo Henrique Alessio  
22 Cesa, um Defensor Público a ser indicado pelo Conselho Superior, um servidor público a ser  
23 indicado pelo Coordenador Geral Administrativo e um integrante diretivo a ADEFPAR, o qual  
24 foi indicado pela Presidenta da Associação, o Diretor Financeiro e Defensor Público o Dr.  
25 Guilherme Moniz Barreto de Aragão Daquer Filho. A seguir, a Ouvidora-Geral, contando com a  
26 presença do Coordenador Geral Administrativo, Mathias Loch, informou sobre a solicitação de  
27 algumas pessoas para que a numeração do Edifício Presidente Caetano Munhoz da Rocha, sede  
28 da Defensoria, seja mais visível, pois encontram dificuldades na localização. Relatou a todos  
29 sobre a preocupação em relação ao cartório, no primeiro andar, pois o setor comporta  
30 documentos de grande importância os quais ficam expostos, com fácil acesso, fato que se deve a  
31 ainda não completa estruturação do prédio da Defensoria. O Coordenador Geral Administrativo  
32 informou que há previsão de instalação de divisórias, porém não será em breve. A Ouvidora-  
33 Geral observou também a impossibilidade de haver um controle exato do uso de telefones na  
34 Defensoria, por pessoa ou setor, tendo em vista o fácil acesso que permite o uso do aparelho por  
35 pessoas que não são dos respectivos setores. A seguir, agradeceu ao Coordenador Geral  
36 Administrativo pela reunião juntamente a Companhia de Tecnologia da Informação e



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**  
*Conselho Superior*

37 Comunicação do Paraná – CELEPAR, para tratar sobre o Sistema Integrado para Gestões de  
38 Ouvidorias - SIGO, que disponibilizará aos usuários o acesso as reclamações, e pela reunião com  
39 a Controladoria-Geral do Estado para tratar sobre o site da Ouvidoria. Em seguimento informou  
40 sobre o acontecimento do Primeiro Seminário das Ouvidorias do Paraná, no dia sete de maio, no  
41 qual estará presente. Relatou também sobre a TV Brasil, que esteve em Curitiba fazendo  
42 algumas reportagens. No programa “caminhos da reportagem” estão realizando matéria em  
43 quatro Estados Brasileiros que tem boas políticas em relação à população em situação de rua,  
44 sendo eles: Bahia, São Paulo, Paraná e Brasília. A Defensoria Pública do Paraná foi escolhida  
45 como Instituição no Estado que realiza um bom trabalho em relação àquela população. A  
46 Ouvidora-Geral concedeu entrevista para a referida TV e o programa será transmitido no mês de  
47 Junho. O Dr. Antonio, em seus comunicados, informou que na próxima segunda-feira, dia vinte e  
48 oito de abril, às dezenove horas, no salão nobre do prédio histórico da UFPR, acontecerá uma  
49 audiência pública para debater a atuação da Defensoria durante a realização da Copa do Mundo  
50 FIFA 2014 e solicitou a divulgação da audiência no site da Defensoria. Ressaltou a necessidade  
51 da atuação da Defensoria Pública na Copa do Mundo tanto na defesa dos direitos humanos  
52 quanto para acompanhar as possíveis manifestações. Presente na reunião a Defensora Pública  
53 Dra. Martina Reiniger Olivero, da Cidade de Almirante Tamandaré, a qual o Conselheiro Dr.  
54 Erick abriu espaço para falar. A Defensora Pública consultou o Conselho acerca de como ficará  
55 o atendimento nas áreas de infância cível e primeira vara criminal, daquela cidade, as quais eram  
56 atribuições da Defensora Pública Dra. Luana Barbosa Oliveira, exonerada a pedido. Questionou  
57 qual procedimento será adotado em relação aos processos que já estavam em andamento pela  
58 Defensora. O Dr. André informou que o procedimento adotado nesses casos é a designação para  
59 serviço extraordinário por Defensor público não necessariamente da mesma Comarca e a Dra.  
60 Josiane solicitou à Defensora presente que efetue levantamento de quantos processos são e  
61 encaminhe resposta ao Gabinete. Presente também na reunião a Coordenadora do Centro de  
62 Atendimento Multidisciplinar - CAM, a Defensora Pública Dra. Paula Grein Del Santoro, a fim  
63 de ouvir do Conselho como ficará o atendimento à população que procura a sede da Defensoria,  
64 mas pertencem as regiões que possuem Fóruns descentralizados, ressaltando que hoje existem  
65 nos bairros Cidade Industrial e Santa Felicidade, mas serão abertos nos bairros Pinheirinho,  
66 Cajuru e provavelmente no Santa Cândida. A Dra. Josiane informou que a Defensoria não  
67 possui, atualmente, membros e servidores suficientes para atender aos Fóruns, mas tendo em  
68 vista que o objetivo do judiciário no atendimento descentralizado é que a população não  
69 necessite sair dos seus bairros, mas possam realizar todos os procedimentos necessários no  
70 fórum, a Defensoria Pública deve, no momento que possuir membros e servidores suficientes,  
71 realizar o atendimento em cada fórum. **DA ORDEM DO DIA** – A sessão contém três itens, são  
72 esses: **UM:** Regulamentação: Estágio Probatório. **DOIS:** Regulamentação: Suprimento de  
73 fundos. **TRÊS:** Regimento Interno do Conselho Superior. **UM-** O Dr. Dezidério sugeriu iniciar a  
74 ordem do dia com a regulamentação do suprimento de fundos, tendo em vista a presença de  
75 servidores para acompanhar o tema. Sendo a sugestão aceita, o relator, Dr. Erick, fez a leitura do  
76 seu relatório e voto, informando que o suprimento de fundos é uma forma de realização de  
77 despesas, previamente definidas em lei, que não possam ou não convenham ser subordinadas ao  
78 procedimento ordinário de aplicação, sempre precedida de empenho na dotação orçamentária,  
79 mediante a entrega de numerário a servidor ou repartimento com posterior prestação de contas. O  
80 relator informou que seu voto e minuta para deliberação tem em base a Lei Federal quatro mil  
81 trezentos e vinte de mil novecentos e sessenta e quatro, que estatui normas gerais de direito



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**  
*Conselho Superior*

---

82 financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos  
83 Municípios e do Distrito Federal. A Lei, em seu artigo sessenta e cinco estabelece a possibilidade  
84 do pagamento de despesas públicas por meio de regime de adiantamento, suprimento de fundos,  
85 restringindo essa situação a despesas de caráter excepcional, e em seu artigo sessenta e oito  
86 define que o regime de adiantamento consiste na entrega de numerário a servidor, sempre  
87 precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que, pela  
88 excepcionalidade, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação (procedimento  
89 licitatório, dispensa ou inexigibilidade de licitação). Teve em base ainda, por interpretação  
90 extensiva do artigo quarenta e cinco do Decreto noventa e três mil oitocentos e setenta e dois de  
91 mil novecentos e oitenta e seis que disciplinou a utilização do suprimento de fundos no âmbito  
92 da União, que poderá ser concedido o suprimento de fundos ou adiantamento de despesas,  
93 excepcionalmente, a critério do ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade. A Lei  
94 dezesseis mil novecentos e quarenta e nove de dois mil e onze, do Estado do Paraná, optou pela  
95 adoção do regime de adiantamento de despesa, elencando alguns gastos que podem ser  
96 realizados por esse procedimento, e no âmbito do poder executivo estadual, o Decreto número  
97 cinco mil e seis de vinte e dois de junho de dois mil e doze regulamentou a matéria. O Relator  
98 votou pela normatização da forma e despesas que podem ser realizadas pelo regime de  
99 adiantamento dentro da Defensoria Pública do Estado do Paraná, cabendo à Ordenadora de  
100 Despesa autorizar ou não sua realização. A Dra. Josiane verificou que na minuta de proposta de  
101 deliberação, as despesas de diárias, ajuda de custo, estadia e alimentação constam como despesas  
102 que poderão realizar-se por meio do regime de adiantamento, e observou que o valor do  
103 suprimento de fundos não tem essa função. O Coordenador Geral Administrativo informou que  
104 hoje o valor disponibilizado é de hum mil e seiscentos reais e a coordenadora da Gestão de  
105 Controle Interno, Elisangela Mann, relatou que os valores, tanto do suprimento de fundos como  
106 fundo rotativo, devem ser gastos em situações emergenciais e extraordinárias, para pagamentos  
107 de materiais e serviços que, sem os quais, o trabalho fica inviável, do contrário é sempre por  
108 licitação. O Dr. Erick informou que propôs a inclusão daqueles itens com o intuito de  
109 desvincular esses gastos da Central de Viagens, justificando que algumas vezes há dificuldades  
110 em adequar as despesas frente ao valor disponibilizado. A seguir o relator iniciou a leitura da  
111 minuta, lembrando que o Conselho apenas regulamenta, mas a decisão de conceder  
112 adiantamentos é da Defensora Pública-Geral. No momento da leitura do artigo segundo, o  
113 relator abriu a questão se o valor será destinado a membro, servidor, ou para as Defensorias  
114 regionais sob a responsabilidade dos seus coordenadores. A Dra. Josiane explicou que seria  
115 adequado a liberação por regional, especificadamente para as cidades maiores, que atenderiam as  
116 menores. O Coordenador Geral Administrativo explicou que existem o suprimento de fundos e o  
117 fundo rotativo, mas o fundo rotativo contempla melhor as cidades do interior, tendo em vista que  
118 o limite é liberado para cada unidade, diferente do suprimento de fundos, onde o valor fica  
119 centralizado e as outras unidades, caso necessitem, dependem da disponibilidade. A  
120 Coordenadora da Gestão de Controle Interno reiterou que a diferença entre suprimento de fundos  
121 e fundo rotativo é que no primeiro, existindo a emergência de compra, deve ser realizada  
122 mediante emissão de nota a qual será apresentada na prestação de contas, já no Fundo Rotativo  
123 deve-se realizar o processo de dispensa por valor, realizar três orçamentos e justificar a melhor  
124 opção. Respondendo ao questionamento do Conselheiro Dr. Alexandre, o Coordenador Geral  
125 Administrativo informou que no fundo rotativo continua existindo o processo licitatório, mas o  
126 que diferencia do suprimento de fundos é a descentralização a qual favorece as regionais. Dada à



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**  
*Conselho Superior*

---

127 necessidade de regulamentar o fundo rotativo, o Dr. Erick informou que relatará juntamente ao  
128 presente protocolado, cujo tema é: Regulamentação de adiantamento a servidor (suprimento de  
129 fundos) e/ou rotativo. **C) - O encerramento da Sessão:** Sendo já o horário avançado, a  
130 Presidente deu por encerrada a reunião, pré agendando duas reuniões extraordinárias, dias quinze  
131 e dezesseis de maio, para dar continuidade a ordem do dia e para novas relatorias. Agradeceu a  
132 presença de todos e, para constar, eu, Roseni Barboza dos Santos, Secretária Executiva do  
133 Conselho Superior, lavrei a presente ata que, se aprovada, será assinada por mim, pela Presidente  
134 e por todos os presentes. Curitiba, 25 de abril de 2014.

---

Roseni Barboza dos Santos

---

Josiane Fruet Bettini Lupion

---

André Ribeiro Giamberardino

---

Sérgio Roberto Rodrigues Parigot de Souza

---

Maria de Lourdes “Santa” de Souza

---

Dezidério Machado Lima

---

Erick Le Ferreira

---

Antonio Vitor Barbosa de Almeida

---

Nicholas Moura e Silva

---

Alexandre Gonçalves Kassama

---

Thaísa Oliveira dos Santos